



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**AMADÚ N'DURO BALDÉ**

**RECRUTAMENTO, ORGANIZAÇÃO E PROJETO POLÍTICO  
DAS JUVENTUDES PARTIDÁRIAS EM GUINÉ-BISSAU (1994-2000)**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

**AMADÚ N'DURO BALDÉ**

**RECRUTAMENTO, ORGANIZAÇÃO E PROJETO POLÍTICO  
DAS JUVENTUDES PARTIDÁRIAS EM GUINÉ-BISSAU (1994-2000)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia  
Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção de  
do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio André de Souza.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

**AMADÚ N'DURO BALDÉ**

**RECRUTAMENTO, ORGANIZAÇÃO E PROJETO POLÍTICO  
DAS JUVENTUDES PARTIDÁRIAS EM GUINÉ-BISSAU (1994-2000)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção de do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 26/07/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Cláudio André de Souza (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof. Dr. Márcio André de Oliveira dos Santos**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof. Dr. Ricardo Ossagô Carvalho**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>8</b>
2.1	GERAL	8
2.2	ESPECÍFICOS	8
<b>3</b>	<b>PROBLEMAS</b>	<b>9</b>
<b>4</b>	<b>HIPÓTESES</b>	<b>9</b>
<b>5</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>9</b>
<b>6</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>11</b>
<b>7</b>	<b>METODOLOGIA/ PROCEDIMENTOS DE PESQUISA</b>	<b>22</b>
	<b>Referências</b>	<b>24</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo discutir sobre recrutamento, organização do projeto político da juventude partidária do Partido Africano da Independência para Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), entre os 1994 a 2000, na Guiné-Bissau desde as primeiras eleições gerais de 1994 a segunda eleição de 2000. Antes de adentrarmos no tema da nossa pesquisa, o presente trabalho busca trazer alguns enquadramentos históricos que estiveram na origem da transição democrática guineense. Por outro lado, quando se fala da Independência da Guiné-Bissau é difícil dissociar Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) da história, sendo um/o partido que conduziu o país da luta armada para a independência ocorrida em 1973.

O período conhecido como pós-independência foi marcado com práticas repressivas, de perseguições aos adversários políticos e civis (OSSAGÔ, [s.d]; JAUARA, 2004) apontam que o PAIGC, enquanto movimento da luta armada, tinha como foco amedrontar os adversários e, assim, poder controlar o poder. Passando assim, a atuar como a única força política que fiscaliza o aparelho de Estado. A Guiné-Bissau que durante sua luta armada para a independência sempre deixou evidente que se considerava como país não alinhado, porém, a sua parceria continuo com os demais blocos na época, por causa da ajuda que estava recebendo dos países comprometidos com a sua causa, principalmente da Ex-União Soviética.

O período pós-independência, a Guiné-Bissau vivenciou cíclicas instabilidades políticas com a introdução de um sistema de partido único que governava o país, durante muitos anos. O primeiro período que inicia ou começa da proclamação da Independência em (1973 a 1980), que culminou com a destituição do Luíz Cabral, em 14 de novembro de 1980, por grupos conhecidos como “Movimento Reajustador”, comandado pelo ex-presidente da República João Bernardo (Nino) Vieira (SEMEDO, 2021; CARDOSO, 2008; MBUNDE, 2017; SANGREMAN ET AL, 2006).

A segunda crise dá-se no período de afastamento da ala cabo-verdiana do PAICG à instauração do regime militar guineense que passou a ocupar o país. Começou a chamada “crise do socialismo”, que havia sido estabelecido em vários países africanos. Este fato se deve a alguns fenômenos que prevaleciam em África, sobretudo, a sua produção de alimentos, de lembrar que os Blocos parceiros da Guiné-Bissau entraram em crise, caso da Ex-URSS. Com a queda do muro de Berlim em 1989, essa troca comercial e ajuda aos países africanos que estavam na luta pela independência começou a diminuir. Dado que, muitos desses países precisavam de ajuda da Europa do leste, a fim de avançar com o seu modelo político. Desse

modo, (in) felizmente muitos destes países tiveram que voltar a sua atenção para a Europa Ocidental, nomeada como capitalista (SEMEDO, 2021).

As pressões de doadores externos, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) foi instituída com base nas regras do Ajustamento Estrutural, adesão ao capitalismo e aderência ao sistema multipartidário, tudo em troca da ajuda econômico-financeira. Em 1991, a Guiné-Bissau passou do Partido Único<sup>1</sup> ao multipartidarismo, que foi caracterizado como período da abertura democrática. É de lembrar que, mesmo depois de ter aderido à democracia, não houve mudança de perseguição política por parte dos que eram contra o sistema.

Entretanto, o processo da rotura da democrática na Guiné-Bissau se deu mediante um conflito interno entre os jovens quadros e os veteranos da guerra que não queriam perder os privilégios que tinham, como único partido único. Esses jovens quadros partiam da estratégia que o partido poderia ser o elo da ligação para fortalecimento da democracia; com vista a enfrentar novos mecanismos de disputa e puder reformular as propostas políticas do partido, que dantes não permitia diversidade de opinião no seio do partido.

Deste modo, o fim do regime do partido único do PAIGC, ficou claro pela lei n.º 1/91 de 29 de maio, que deu a abertura a revisão da constituição da República da Guiné-Bissau em 1984. Com a publicação dessa lei, começou-se a revisão e revogação dos termos que não iam de acordo com as normas democráticas, exemplo da liberdade de expressão, que não era o caso obviamente. Perseguições aos ativistas políticos e membros dos movimentos sociais que faziam apologia ao surgimento de outras forças políticas; a lei n.º 8/91, que determinava a liberdade sindical e entre várias leis que doravante foram aparecendo. Permitindo assim que o país comece sua nova etapa em busca da democracia que tanto aspirava alcançar.

Jauara (2004), considera que a democracia guineense está em transição, porque, a seu ver, o país não conseguiu manter a sua estabilidade política. Pois, buscou lembrar que, a fase da transição não foi bem-vista pelo PAICG, uma vez que queria continuar com a mesma hegemonia do movimento da luta armada que transitou para Partido-Estado. Como explica Semedo (2021), que, a queda do regime monolítico para multipartidário era visto por muitos pensadores como saída para o partido poder abrir as mãos internamente para a democracia, infelizmente não foi o esperado; pois as contradições de lutas continuaram.

---

<sup>1</sup> O fim de regime hegemônico foi marcado pela Lei Constitucional n.º 1/91 de 29 de maio, que permitiu a revisão da Constituição de 1984.

As primeiras eleições gerais foram realizadas em 1994, das quais o PAIGC saiu como o vencedor, elegendo João Bernardo Vieira como Presidente da República. Da Costa (2018) apontou que,

[...] desvinculação das Forças Armadas e da união sindical nacional, a União Nacional dos Trabalhadores Guineense (UNTG), do PAIGC (CARDOSO, 1995). Todo esse processo possibilitou o surgimento de muitos partidos políticos, sendo os mais representativos o Partido da Renovação Social (PRS), o Movimento para Unidade e Democracia (MUD), o Fórum Cívico Guineense Social Democrático (FCGSD), o Partido da Resistência da Guiné-Bissau (RGB-Movimento Bafa-tá), a Frente Democrática Social (FDS), e o Partido da Convergência Democrática (PCD) (DA COSTA, 2018, p.7).

Do outro lado, o país vivenciou um episódio violento, a sangrenta guerra civil, que durou onze meses e que resultou na destituição de João Bernardo Vieira (Nino) em 1999, que havia estado no poder por 18 anos. As causas são múltiplas, entre elas estava a justificativa que, o presidente Vieira estava vendendo armas de maneira ilícita ao Movimento das Forças Democráticas do Casamança (MFDC); localizada no Sul do Senegal, considerado um grupo separatista (FADUL, 2002 apud DA COSTA, 2018), fato que possivelmente traria conflito entre o Estado guineense e da República vizinha do Senegal.

Semedo (2009), realça que, para pôr fim ao conflito, as partes chegaram a um consensual tratado, que era preciso realizar novas eleições gerais, que foi vencido pelo Partido da Renovação Social (PRS). A figura do presidente da república foi o ex-militante do PAIGC, Kumba Ialá, eleito em 2000. Que mais tarde, foi retirado do cargo pelo golpe de Estado em 2003. Seu mandato foi caracterizado pela destituição dos ministros, altos oficiais do país e, por outro lado, pela má gestão financeira que conduziu a nação guineense à uma dívida externa com o BM (Banco Mundial) e FMI (Fundo Monetário Internacional)<sup>2</sup>.

De lembrar que, a Guiné-Bissau é um pequeno Estado africano que, contrariamente à sua dimensão, sempre foi um dos territórios coloniais que maior resistência apresentou ao poder colonial português que administrava o país, como se pode ler nas várias literaturas que relatam a sua história (MENDES, 2010). Conforme Semedo (2009) e Barros (2010), o processo da independência da Guiné-Bissau, contra a administração portuguesa no país, acabou dando assim espaço a criação do Partido Africano Para a Intendência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) assumir controle do país, contexto que iremos abordar mais à frente neste trabalho.

---

<sup>2</sup> Para mais detalhes, consulte a [https://pt.wikipedia.org/wiki/Kumba\\_Yal%C3%A1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Kumba_Yal%C3%A1)

Desde 1970, observa-se uma expansão no número de países com o regime democráticos, fenômeno designado por Huntington como terceira onda da democratização, que trouxe democracia em vários países, inclusive os que adotaram regimes autoritários.

Já no final da década de 1970, esse movimento teve maior êxito, sobretudo, na África e na Guiné-Bissau em particular. Claro, todo o seu efeito foi sentido, à medida em que, o país era dirigido por um sistema de Partido Único. Portanto, a transição do processo democrático impulsionou avanços e retrocessos para o país.

Nesse sentido, a implementação das eleições livres e competitivas, tinha um propósito único. Que seria além de proporcionar um governo de forma legítima, mas também de puder afastar, efetivamente, os militares do sistema político no país. Que desde o processo da luta armada passaram a interferir no cenário político guineense, sob regime do Partido Único liderado pelo PAIGC. Considerando que, tinha a ala militar que não queria ver a reforma no seio do partido, por razões históricas da luta armada. Fato que, abriu a luta interna dentro do PAIGC (GOMES, 2021; SEMEDO, 2021). Conforme estes autores, esta luta desencadeada no interior do partido, criou séries de contradições para o desenvolvimento do partido, nas suas análises, acabou sendo empecilho para o projeto político de desenvolvimento do país (SEMEDO, 2021, p.104). Ainda Semedo explica que, o foco do partido virou para manter a sua legitimidade como partido da que conduziu a independência, do que concentrar nas condições favoráveis, capaz de favorecer um espaço mais de liberdade e de partilha do poder, esse tem sido a obsessão do PAIGC de adaptar-se à atribuição diferente de um país (Idem).

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 GERAL**

- ❖ Compreender a forma de atuação e o projeto político da juventude partidária e liderança de jovem que tiveram carreira política no PAIGC na representação eleitoral guineense.

### **2.2 ESPECÍFICOS**

- ✓ Compreender o processo da democratização dos partidos políticos e sua institucionalização depois da independência;



- ✓ Levantar os dados da participação dos jovens no partido político do PAIGC;
- ✓ Mapear a produção legislativa das lideranças dos jovens eleitas para a Assembleia Nacional nesse período que tenham saído do Partido em estudo;
- ✓ Entender como se dá os níveis de percepção da juventude a respeito da democracia e a política guineense no seio desse partido.

### **3 PROBLEMA DA PESQUISA**

De que forma a juventude se organiza no interior dos partidos políticos guineenses a partir de características específicas de direção, organização e mobilização?

### **4 HIPÓTESES**

A juventude guineense ascende na política institucional e funciona como um espaço relevante de recrutamento político para o PAIGC.

### **5 JUSTIFICATIVA**

O motivo da escolha do tema tem a ver com o engajamento das juventudes guineenses na política, principalmente no último acontecimento ou a crise da nona legislatura, que resultou no derrube do governo do ex-primeiro-ministro, Domingos Simões Pereira, em 2015. Em que, a destituição do governo moveu vários protestos contra o Presidente da República que estava no poder, José Mario Vaz, ou a formação da militância política da camada juvenil que decidiram lutar pela afirmação da democracia. Na atualidade, não se tem debatido muito sobre essas instabilidades políticas que abalou o país nas últimas décadas. Para tal, o tema tem grande importância, principalmente numa democracia, onde estudar os partidos políticos é fundamental para compreender as problemáticas da liderança juvenis no país e buscar por meios dos autores mostrar a contribuição dessas lideranças na formação dos projetos políticos e consequentemente na edificação democrática.

Sendo um trabalho novo, acreditamos que, a nossa pesquisa irá proporcionar novas descobertas dentro do partido político que propomos estudar (PAIGC). Principalmente no que

tange ao recrutamento partidário e a participação dos jovens no processo político-democrático. Todavia, entendemos que, a nossa pesquisa terá grande importância, levando em consideração alguns campos de pesquisa como: político, social e acadêmico.

Na esfera política, esperamos que este trabalho irá proporcionar a reflexão e debate acerca da participação dos jovens dentro dos partidos políticos guineenses, embora iremos concentrar a nossa pesquisa na juventude partidária do PAIGC a fim de entender os mecanismos que são usados para recrutamentos e perfis dos candidatos que são selecionados para perfilar aos cargos partidários, tanto interno assim como externo ao partido.

Quanto à relevância social, o nosso projeto estimulará as classes juvenis a filhados aos partidos políticos que coloquem as pautas da sociedade em discussão dentro dos seus partidos, como mecanismos de criar políticas públicas viradas aos jovens. Na mesma linha, este projeto tem por finalidade, discutir ativismo, que muitas vezes acabam por desviar a responsabilidade das massas. Dado que, o ativismo cívico, na verdade não anda de mãos dadas com o partidário, certamente fragiliza a luta. Por isso, como foi dito antes, este projeto poderá trazer mudanças enormes no seio da sociedade civil guineense.

E, por último, para o cenário acadêmico, esta pesquisa poderá servir de suporte bibliográfico para os futuros pesquisadores que pretendem desenvolver os seus trabalhos de pesquisa relacionada a esta temática em questão. Por fim, poderá servir de sustentação teórica para os futuros pesquisadores nas áreas das Ciências Sociais, Sociologia e Ciência Política.

De fato, pouco sabemos e como se estruturam os partidos políticos guineense, começando desde o período do partido único até o regime atual. Porque ainda continua sendo um mistério a ideologia dos partidos políticos, que fará o projeto de governação. Os discursos e as ações estão longe de serem o esperado pela população guineense. Todavia, este trabalho poderá ajudar no preenchimento dessas lacunas bibliográficas. Compreende-se que existe carência de financiamento no país que promove pesquisas nas áreas sociais e científicas. Sem dúvidas, este trabalho vai preenchendo um pouco de espaço em branco que ainda perdura no sistema político e partidário na Guiné-Bissau. Sobretudo, quando se fala da agenda da juventude e seu recrutamento face ao destino do país. Enfim, este trabalho se justifica nessa linha de análise do sistema de recrutamentos e participação partidária.

## 6 REFERENCIAL TEÓRICO

O assunto em questão já manou múltiplos debates por vários autores; contudo, nota-se que, existem perspectivas no campo em estudo com olhares diferentes, achamos que esses olhares podem ser fundamentais para comparações necessária, é obvio que quando se trata das causas da instabilidade política, ou melhor dizer, democracia frágil, ainda mais no continente africano como em outros continentes que passaram pela mesma fase da democratização vertical ou exógena ao continente (CARDOSO, 1995; SEMEDO, 2009; JAUARA, 2004).

Dahl (2000), explica falsa concepção democrática que continua sendo visto como “governo do povo”, segundo ele, não passava de um modelo meramente de exclusão, como havia começado na Grécia. Djaló (2020), completa que a democracia deveria ser o regime do governo que permite a participação de todas as classes sociais e, sobretudo, nos momentos das tomadas de decisões que tocam com aspectos públicos, entre eles, a participação pela construção dos direitos essenciais: direitos individuais, coletivos, sociais e políticos. Ainda argumenta que, a democracia hoje, não consegue seguir a mesma lógica desde as épocas que foi pensada na Grécia, porque mesmo ali, nem todos podiam usufruir dos mesmos direitos. Mesmo na era contemporânea, ainda existem nações que se autointitulam democráticas, que na prática não são.

Ossagô [s.d], ao defender o rumo que a democracia tem tomado em África, como na América Latina, autor aponta que, a democracia não deve ser homogeneizada, ou tratada como um todo, mas sim relativizada com base na realidade endógena de cada povo. Segundo ele, não é possível negar que existem particularidades, e essas peculiaridades devem ser incluídas dentro dos modelos democráticos. A partir deste ponto, pode-se entender que, a democracia como “[...] um método com regras definidas pacíficas que permite aceitar ou recusar os homens chamados a governar” (MONTEIRO, 2020, p.54). Aponta que, para ela (a democracia) funcionar, é preciso que haja respeito aos direitos civis e liberdade de escolha, fundada na soberania do povo.

Ao analisar o comportamento partidário guineense em compatibilidade com a atual democracia africana M'bunde aponta por seu torno que,

[...] toda região é marcada por uma democracia significativamente fragilizada (me refiro restritamente ao modelo da democracia representativa importada do Ocidente), o que se resulta, em grande medida, em frequentes golpes de Estados militares e parlamentares (M'BUNDE, 2017, p.47).

No entanto, percebe-se que não se pode falar da democracia, uma vez que, durante o seu exercício existe alto grau de uso da violência por parte dos titulares de cargos público, neste caso, para melhor entender mais sobre a democracia no sentido mais limitado, visitamos a obra do Avritzer (1995) que traz discussão de Habermas da democratização. Segundo ele, o processo de generalização das normas e valores no interior das sociedades modernas, tem que estar intimamente ligado com a emergência de práticas democrática.

Para Mamadu Djaló “[...] democratização de qualquer país é necessário que passe por uma fase transitória de partido único para democracia, e não pular a etapa de partido único para democracia, como aconteceu na Guiné-Bissau” (FERNANDES 2015, apud DJALO, 2020, p. 17). As problemáticas trazidas no texto, dá-nos a entender que, a democratização que decorreu na Guiné-Bissau não falhou na sua essência como foi permeada em algumas literaturas. Para Monteiro (2020), o entendimento da transição democrática pode ser acompanhado de vários fatores como “avanços e retrocessos” como caminhos para uma democracia viável.

Avaliando conjuntos de variáveis mais relevantes, hoje nos estudos da transição e democratização, Ricardo Ossagô de Carvalho, conceitua o modelo da democracia liberal, europeia, implantada na África e em outros continentes que sofreram com o domínio colonial europeia como frágil. Segundo ele, a democracia dada a estes países, não levou em consideração a realidade sociocultural dos povos que ali se encontram. Contudo, sustenta-se que, a falta de estabilidade política de muitos destes países deve a este fenômeno.

Para piorar, várias nações africanas, incluindo a Guiné-Bissau, acabaram por “pegar emprestado” os modelos “democráticos” do ocidente ou dos norte-americanos (CARDOSO, 1995; JAUARA, 2004).

De acordo com Semedo (2009); Djaló (2020), reforçaram que, a fragilidade da democracia na África deve-se à estas conjunturas organizacionais e representativas, que não tem a ver só com a conservação do poder, como também de atribuir a responsabilidade aos opositores políticos, porque esses têm um papel muito importante na manutenção dos dirigentes políticos e da própria democracia.

Claudinei (2014), descreve a democracia como fenômeno que no passado era malvisto pela sociedade, na época e, que funcionava como alicerce para a corrupção de minoria que estalava nos cargos públicos, que atuava em certas cidades-Estados de Grécia, na visão do autor, como incluído no texto, houve uma mudança drástica na palavra democracia contemporânea, quer dizer que, a democracia hoje envolve em sua volta mais pessoas na tomada de decisão com vista na resolução do bem-estar coletivo. Ou melhor, é um tipo de sistema de sistema onde a maioria participar na tomada de decisão e essa decisão passa ser respeitada. Ou melhor, o autor

escreveu que, “a democracia, em grosso modo não seria mais de uma sucessão de minorias no poder (Idem, 2014, p.35), que exerce a vontade do povo e protege seus direitos.

Ou mais perfeito, citando a própria palavra do autor, “só uma pequena parte do político que é visível, acima da linha d’água, enquanto a parte maior está submersa, invisível aos olhos do mundo exterior aos partidos” (DUVERGER, 1982, apud COLETTI, 2014, p.3). Nesse sentido, o espaço de reflexões e de tomadas de decisões não podem ficar restringidas aos partidos políticos, ou das representações.

Desde a democratização, os partidos vêm criando debates intensos a fim de deixar a governabilidade democrática mais eficiente possível. Por sua vez, Carlos Ranulfo Melo (2018), procurou lembrar que é bastante complexo pensar a ideia da democracia sem partidos políticos, diferente do século XX, em que os partidos não detinham poderes e visibilidade.

Entretanto, o surgimento dos partidos visa estimular mais competições na arena política a fim de deixar a disputa eleitoral mais democrática e aberta as ideias. Além disso, os partidos possuem importância enorme na configuração de programas governativos que representem as propostas apresentadas aos eleitorados.

Melo buscou lembrar que,

Os partidos começaram a emergir na Europa porque estavam associados ao parlamento como instituição soberana e a expansão o sufrágio, o fenômeno ocorreu tiveram lugar de maneira diferente a depender do país. A atuação dos partidos era mais no sentido coletivo, a fim de incentivar concorrência. De um lado, para isso funcionar era preciso selecionar os candidatos e lideranças capazes de disputar cargos (MELO, 2018, p).

A ciência política apoia muito nos partidos políticos como eficácia da democracia representativa. De acordo com (DUVERGER apud M’BUNDE, 2017), descreve que, a democracia prospera é aquela que passa precisamente pelo desenvolvimento dos partidos políticos, que seria o sistema compatível para o sistema democrático atual. Porque em linhas gerais, os partidos políticos representam uma percepção ampla da sociedade e o seu entendimento sobre política.

Para o caso guineense, o fenômeno é bastante diferente, pois, a proliferação dos partidos foi evento que o país tem mergulhado e conduzido pela instabilidade política e governativa, que Barros (2011) vê como fator fundamental da fragilidade institucional, acompanhado de um processo bastante longo nas primeiras metades do ano 1990, considerado assim como transição de unipartidária para multipartidarismo.

M'Bunde, por seu lado, relata que, os partidos políticos “ao assumir determinados tipos de comportamentos, que se associam a específicos elementos do sistema partidário, as agremiações partidárias podem prejudicar e colocar em crise a democracia” (M'BUNDE, 2017, p.45).

Nessas circunstâncias, a representação política dos partidos passara a mobilizar com vista a canalizar os interesses públicos. Isto porque a representação política, em torno dos partidos, era/ainda é feita mediante a escolha interna dos partidos ou regras eleitorais. Certamente, este ato constitui um momento único na institucionalização dos sistemas partidários para o melhor funcionamento da democracia (idem).

De acordo com Macpherson (1978), a participação política pode ser entendida como algo que fazemos diariamente, desde relações que procuramos manter com os nossos próximos e luta pela sobrevivência, tudo isso, de certo modo, fazem de nós seres políticos. Acatando esse depoimento, alguns teóricos pautam pela recontextualização do termo a democracia, com vista a levar em conta a dinâmica que hoje apresenta ao seu circuito. Além disso, compreendiam modelo democrático como um fenômeno que precisava ser mais inclusiva, em relação aos regimes democráticos passados, em que a percepção e atuação dos movimentos sociais, era apenas vista nos atos de voto. A juventude não tomava parte nos projetos de Estados e nem tão pouco eram incluídos na estrutura do poder.

Nessa direção, vale observar a importante participação da juventude na política, como viés mais seguro de poder acompanhar a sua dinâmica como mecanismo de promover a base de uma estrutura mais igualitária com oportunidades e poder de decisão.

Barros (2014), argumenta que, aumentar a participação da juventude na política, sem dúvidas, ajuda a fortalecer e diminuir as diferenças sociais. Assim, a participação democrática discutida até aqui, pode ser fundamental para debater alguns caminhos e vias pelos quais os jovens guineenses elaboram estrutura de pertencimento e responsabilidade à frente do destino comum, adaptada à atuação mais concreta junto ao sistema político, através da atuação/participação no interior das organizações partidárias. Deste modo, compreender estas estruturas do processo da democratização dos partidos no seio da comunidade guineense, torna-se indispensável para a organização partidária em estudo.

Entretanto, a participação da juventude na Guiné-Bissau tornou-se relevante no âmbito político, porque a partir deste momento que esses sujeitos começam a participar nos lugares públicos, em particular na luta pela independência face ao regime colonial; com objetivo de discutir certas agendas da sua vida. Desse modo, o direito ao voto principia com 18 anos (de acordo com a Constituição da república guineense) de tal forma, alguns acreditam que, o voto

não é o suficiente para o comprometimento com o bem comum, ou melhor, bem-estar coletivo. Sob esta lógica, buscam locais de disputa e emancipação por meio de várias instituições capazes de promover justiça, igualdade e pautas dos movimentos sociais (BARROS, 2012; CARDOSO, 2008; SEMEDO, 2020).

Há vários anos, os estudiosos da política reconheceram a relevância dos partidos políticos para o funcionamento do regime democrático. Mostrando que é por meio deles que as democracias se estruturam e a competição política se organiza cotidianamente (MELO, 2018; PIRES & MACHADO, 2017; AMARAL, 2013; M'BUNDE, 2017). Manin (2013), por exemplo, adverte que, o sistema democrático apesar de ter sofrido vários ataques, ainda assim continua a ser o modelo ideal. Porque entre as diferentes vertentes da teoria democrática contemporânea, até hoje, ela continua demonstrando como os governos representativos não podem funcionar sem a presença institucional dos partidos políticos. Eles são fundamentais para o bom e legítimo funcionamento dele.

Nesse sentido, desejamos abordar a participação da juventude dentro dessas agendas institucionais e a sua responsabilização frente ao destino comum, porque entendemos que a sua agenda vai além da sua militância e nas organizações ao qual estão inseridas, quer elas partidárias ou não. Pois, tanto a democracia e assim como a participação política têm como configuração a busca pelo bem-estar coletivo. Ainda, a fim da melhor organizar esta pesquisa, no aprofundamento dos assuntos em questão, buscaremos de maneira comparada falar da institucionalização desses partidos acima mencionados.

Com efeito, tentar trazer o processo de recrutamento da juventude partidária, em especial a sua representação face à agenda partidária. Enfim, a ideia é fazer uma análise interna dos partidos, nomeadamente o Estatuto, que, na nossa pesquisa poderá servir do ponto chave para algumas perguntas de partida. Todavia, compreender a ideia do recrutamento partidário

Contudo, como se lê em várias literaturas da ciência política, o processo de recrutamento dos membros para os partidos políticos se dá mediante a lei que cada partido deve escolher, ou seja, que achar mais adequada, principalmente as normas estatutárias do partido. Nesse caso, Claudinei (2014) vê o recrutamento partidário a partir do ponto de vista político e financeiro em que os jovens são usados como base de sustentação deles. A conjuntura atual, percebe que, os partidos políticos estão a ter crises da representação. Segundo ele, a ideia da representação pressupõe que o povo tem por direito de escolher os seus representantes, por via das urnas ou vontade da maioria. Pelo contrário, compreende-se que, em muitas situações isso não acontece na prática, evidentemente que essa escolha acaba sendo tomada por uma estrutura interna dos

partidos, que muitas vezes delimita a juventude na esfera de tomada de decisão, por vários fatores, que entre eles as condições econômicas.

Isso porque, em muitos casos, os projetos dos partidos políticos acabam por neutralizar a participação da juventude na tomada de decisão. Correspondentemente a esta ideia, a nossa intenção é buscar chamar atenção quanto ao projeto político da representação, em seu torno, e aponta que os projetos políticos têm que ser fiéis ao povo, não pelo contrário. Ou seja, a ideia dos partidos políticos é resolver as demandas dos seus eleitorados, pela mesma razão, eles precisam ser convidados na tomada de decisão (idem, 2014).

A ideia do recrutamento dos jovens a diferentes partidos políticos parte da afinidade sociocultural, também pela ideologia e projetos dos partidos políticos para com o eleitorado. Assim como as juventudes partidárias têm um papel muito importante, principalmente na concessão dos votos. Não há dúvidas, contudo, que as juventudes exercem funções de mediação entre os seus partidos e a sua comunidade (COSTA, 2015 apud BARROS et all 2020).

A respeito desse caso, Mani (2013), realça que, muitas vezes, esse modelo de seleção dos eleitores acaba sendo a partir de um tipo de perfil específica (idem). Pires e Machado buscam explicar a filiação em três pontos, que segundo eles é da extrema importância para o recrutamento partidário,

- (a) garantir o financiamento de suas atividades por meio das contribuições dos membros; (b) obter maior penetração no tecido social, a fim de promover a socialização política e a doutrinação da classe trabalhadora; e com isso (c) possibilitar a conquista da fatia majoritária do eleitorado para chegar ao poder (PIRES e MACHADO, 2017, p.130).

Como explica Teixeira (2008), na sua crítica feita a transição democrática na Guiné-Bissau, aponta, igualmente que, as instabilidades políticas vividas hoje no país, é resultado da ditadura e comportamento autoritário do PAIGC. Como consequências, essa cultura autoritária, de alguma forma tem influenciado as ações que resultaram no distanciamento da sociedade civil da esfera política partidária. Todavia, é certo afirmar que, os partidos políticos têm uma visão mais ampla, principalmente na preservação e garantia do sistema democrático, que muitas vezes, acaba sendo restringido apenas a representação e formulação das candidaturas. Eles têm grande importância, inclusive no fortalecimento da democracia, considerando que, ela auxilia na formação de um regime do governo almejado, capaz de formar e garantir instituições consolidadas, com a execução dos projetos políticos bem articulados.

Ao analisar o sistema democrático guineense sob o regime do partido único, o sociólogo Miguel de Barros afirma que,



[...] à democracia em 1991 teve implicações profundas nas estruturas de socialização da acção juvenil. Do ponto de vista político, o facto do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), perder o estatuto de Força, Luz e Guia do Povo, implicou o fim da cadeia de “domesticação” dos espíritos que começava com a adesão e passagem pelos dois ramos dos pioneiros (Flor de Setembro e Abel Djassi) até a Juventude Africana Amílcar Cabral – JAAC, por um lado. Por outro, em termos curriculares, através de um despacho ministerial da tutela, foi extinta nos liceus, a disciplina de Formação Militante<sup>7</sup>, dando lugar à Educação Social, visando a promoção dos valores associados aos direitos e deveres com o enfoque na participação cidadã num contexto de vigência democrática (BARROS, 2010, p.7).

Ele aponta que, as juventudes partidárias são usadas apenas no ato da campanha eleitoral como máquina de conquistar votos que no final de tudo, quando os partidos atingirem seus objetivos, descartam-nos. Barros et al (2020), compreende que, o recrutamento partidário dos jovens tinha que servir como mecanismo para criação dos projetos voltados à essa classe. Deste modo, é necessário repensar os projetos políticos à luz dos interesses sociais. Evidentemente isso ajudaria imensamente para colocar a juventude nas grandes esferas de tomada de decisão.

Sem sobras de dúvidas, as juventudes partidárias são vistas como grupos de pessoas que fazem chegar ao partido todas as pautas da sociedade e as demandas nela existentes. Através de pressões que fazem dentro dos partidos no qual estão recrutados. Para a teoria da representação discutida por Claudio André de Souza, explica que,

[..] representação da política contemporânea se origina do termo em latim *repraesentare*, atribuído aos romanos para dar significado ao ato de trazer literalmente à presença algo previamente ausente. Este significado manteve-se desligado das instituições políticas até o século XIII. A representação – a ação pela qual uma pessoa age por outra – adquiriu um sentido político somente a partir do século XVII (SOUZA, 2016, p.30).

Considerando que, no processo da representação política requer um vínculo ou relação de proximidade entre representante e o povo. Na verdade, estes representantes acabam por ficar longe daqueles eleitores que lhes indicou ao poder a fim de agir em seu nome. Como consequência, acaba criando enfraquecimento das instituições e a própria crise da democrática.

Para Monteiro (2020), é importante ressaltar que, a ideia da democracia participativa ocasiona debates convergentes e assim como olhares distintas do mesmo aspecto, isto é, a política é movida por pontos de vista distintas. Outrora, mesmas visões. Desse modo, a participação política dentro de uma sociedade organizada por normas e valores morais, considera-se participação política como ferramenta legítima que um cidadão tem ao seu dispor (id, 2020).

Por outro lado, alguns teóricos explicam com base nos seus embasamentos, como enfatizou Dahl (2005), é muito complexo deparar com um regime plenamente democrático, fato

que, e aponta que, isso foi causado pelos caminhos que cada um desses países decidiu escolher como viável. Por exemplo, a onda de transformação democrática acompanhada no mundo, como bem buscamos trazer na introdução do trabalho, ajudaram no surgimento de novos movimentos sociais e novas correntes ao qual tenta deslegitimar os regimes anteriores ou autoritários que não permitiam competições a luz da vontade de maioria. Cardoso aponta que,

a participação política justifica-se no princípio da representação como procedimentos que assegura a conexão adequada entre o governado e o legislador. Nessa perspectiva, a transferência do poder de decisão que, na democracia direta, e de cada indivíduo, para cada pessoa que passa a atuar como representante de um conjunto de eleitores, torna-se legítima por fazer parte de uma rede de relações institucionalizadas. Essa rede composta pelos partidos políticos e pelas regras do sistema eleitoral. Como são invenções políticas, essas regras variam entre os sistemas políticos democráticos (CARDOSO, 2017, p.62).

Desse modo, a participação política desempenha um papel importante na construção e edificação da democracia. Sobretudo, no momento de votar e participar das manifestações que decide a vida pública, permitindo assim que o indivíduo integre mais na discussão de assuntos políticos capaz de mudar rumo da sua vida. Como lembra Manin (2013), a democracia participativa só pode fortalecer quando todos nós, ou de maneira particular, pessoas que têm interesse nessa mudança decidirem envolver em grande número na esfera de tomada de decisão e no exercício do poder, que certamente não se limita apenas ao voto.

Manin (2013), considera que,

os partidos tipicamente fazem muitas coisas e atuam em várias arenas. Por exemplo, eles mobilizam eleitores, recrutam membros e ativistas, apresentam candidatos a cargos de governo e organizam o trabalho de legislaturas e governos (MANIN, 2013, p.116).

Pires e Machado (2017), buscam chamar atenção entre o ativismo político e a participação social mediada pelas organizações partidárias. Segundo eles, essa ação não resulta num bom resultado, pois as lutas acabam sendo desviadas por outros fins, muitas vezes que não coadunam com os interesses da opinião pública, por causa da pressão oriundas de poderes ou instâncias superiores.

Pires e Machado (2017) sublinharam que,

[...] se tais vínculos falharem, como parece que tem falhado, a funcionalidade do próprio sistema representativo estará ameaçada [...] essa falha resulta do processo de “extinção” se tais vínculos falharem, como parece que tem falhado, a funcionalidade do próprio sistema representativo estará ameaçada. essa falha resulta do processo de “extinção” (PIRES & MACHADO, 2017, p.130).

É inegável que, essas duas entidades, ou melhor dizer, ativismo e participação mediada pelos partidos políticos podem estar sujeitas ao erro. Compreendendo que, cada uma delas tem um ponto específico. Exemplo claro é ativismo, ele preza por grupos marginalizados, que na sua maior parte não tem nenhuma vinculação política. Concentrando sua energia, sobretudo, nos eleitores, alertando-os das suas responsabilidades.

A formação política social dos jovens nos partidos políticos atende estes elementos, como mecanismo da integração. Portanto, os textos que destacamos até aqui, nos auxiliam a explicar teoricamente como o processo da democracia ocorreu na Guiné-Bissau depois do regime do partido único e conseqüentemente adesão do multipartidarismo. Que tipos de projetos políticos foram usados pelos partidos políticos, em particular o partido dos libertadores (PAIGC), como é conhecido por muitos. Considerando que, os partidos têm umas das funções clássicas na política, de indicar candidatos para os postos políticos em todos os níveis do governo. Por isso, o processo de recrutamento dos partidos políticos, como afirma Norris (2013), é um dos momentos mais relevante para um partido, por isso, os partidos acabam sendo bem seletivos quanto à seleção dos candidatos.

Por outro lado, entende-se que, a discussão proposta pelo Norris, poderia ser fundamental a fim de buscar entender o processo de indicação. Como bem disse, quem escolhe? Isto é, não podemos deixar sem levar em consideração o perfil do recrutador. Quais são os seus objetivos. Muitas vezes, a esfera de tomada de decisão, acaba sendo guiada por grupos minoritários, compostos por elites partidárias. Nesse caso, o perfil dos recrutados precisam responder as demandas dos seus selecionadores dos partidos (Idem, 2013).

O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, cujo sigla é PAIGC foi fundado em 19 de setembro de 1956, em Bissau, e tem funcionado como um partido nacional e democrático, como consta no seu artigo primeiro do estatuto.

Está escrito no seu estatuto que,

O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde tem por finalidade contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e mais desenvolvida através da promoção e defesa, de acordo com o seu Programa Maior, da democracia política, social, econômica e cultural, inspirada nos valores do Estado de Direito Democrático e nos princípios ideológicos conducentes à libertação integral do homem guineense (PAIGC, 2018, p.1).

Para alguns observadores, como Semedo (2021); Teixeira (2008), esse projeto político falhou durante o período da transição democrática. A repressão acompanhada por falta de diálogo, conduziu o partido de maneira desagradável ao fracasso de garantir uma sociedade

mais justa. O descumprimento do Programa Maior tem sido um dos exemplos chave, de acordo com o trecho em cima. Dessa forma, Semedo (2021), traz algumas marcas que nos auxiliaram a entender esse ponto. Ele argumenta que, o erro mais fatal que o partido cometeu foi de integrar esses mesmos atores no processo da abertura democrática, para gerir os seus problemas internos. Nesse sentido, os dirigentes que tinham ganhado notoriedade na luta ocuparam pastas ministeriais. Essa institucionalização de força no seio do partido PAIGC e nas instituições, de qualquer forma, trouxe resultados negativos aos jovens que estão a ser recrutados e perfilam como candidatos do partido. A estrutura interna, orientada pelo medo da nova geração, começou a travar lutas contra os jovens (JAURA, 2004).

Para Semedo (2021, p.5), havia na agenda 121, três pontos considerados chaves, entre eles:

- A democratização interna do PAIGC;
- Diálogo com as formações políticas nascentes;
- A definição de uma linha política clara que permitisse restaurar a confiança dos militantes e simpatizantes.

Autor aponta que não foi possível efetuar essa iniciativa, por causa de alguns de alguns militantes que se sentiram inseguros dentro do partido, principalmente por parte da ala dos conservadores.

Desse jeito, a oferta dos candidatos no seio do partido PAIGC que são elegíveis ao cargo, mesmo não reunindo condições eleitorais, muitas vezes são indicados pelos partidos. Ele tem acontecido no interior do PAIGC, em que filiados mais jovens são criadas barreiras, considerando seu espírito de mudança contra alguns membros da geração antiga.

Por outro lado, Semedo explica o seguinte,

[...] pode-se dizer que a RGB/MB foi a grande responsável não só pela mudança do sistema político então vigente na Guiné-Bissau, como também pela forma como internamente os militantes do PAIGC passaram a encarar a luta interna pelo poder e estruturação do partido, face aos desafios e/ou ameaças de outras forças políticas” (SEMEDO, 2021, p.100).

Sendo assim, é preciso entender que, o processo da democratização do PAIGC, como algumas literaturas descrevem, não foi por sua própria iniciativa. Percebia-se que, o PAIGC não estava minimamente preparado para lidar com as disputas internas. Processo de recrutamento partidário acaba sendo influenciado pelos valores e princípios que a classe no poder indica como viável. E outras exigências que são complementadas e, outras exigências que são completadas pelos regimentos internos de cada partido, nesse caso o seu estatuto. Que

acabam determinado regras para quem estiver interessada em afiliar nos partidos (NORRIS, 2013, p.13).

Liu Chau-Tsi, na sua obra clássica de 1952, denominada *A Luta interna no Partido*, explica que, as lutas internas no âmbito do partido, de modo geral, não ajudam no melhoramento do partido. E, por sua vez, enfatizou que, a ação como essa desestabiliza a juventude, por seu contorno, só contribui na formação de classes não proletários, razão pela qual conduziria o partido a desencadear série de ações que não abonam as classes Sociais (CHAU-TSI, 1952). É fundamental realçar a ideia de Chu-Tsi, de que nenhum partido pode correr das divergências internas, desde que saiba fazê-la com estratégia. Segundo ele, as lutas internas no partido servem de disputas ideológicas e princípios, capaz de abonar o partido. Agora, qualquer luta entre membros do mesmo partido, que afasta desses olhares de Chu-Tsi, pode ser chamada de luta sem cabimento.

É nessa ordem de ideia que queremos fazer algumas análises voltada ao estatuto do PAIGC e da JAAC. Com finalidade de entender em que medida estes dois estatutos representam seus filiados ou militantes, inclusive a sua juventude partidária que tem desempenhado o papel de mediação nessa caminhada que o país tem tomado e, por outro lado, comportamento analisado como *Path dependenc*, em que as orientações do passado continuam a ter forte influência nas tomadas de decisões numa instituição.

Conforme o estatuto da JAAC refere no seu artigo 1º e nas suas alíneas, descreve que,

1. A JAAC é a organização revolucionária da juventude do PAIGC.
2. A JAAC orienta a sua acção política no centralismo-democrático, enquanto organização jovem do PAIGC.
3. No exercício das suas actividades, a JAAC apoia-se na crítica e autocritica como método de trabalho para corrigir e superar erros, decisões e debilidades.

Como se lê nestas alíneas do estatuto, JAAC mantém sua linha ideológica com o programa do partido, assim como tem buscado respostas por meio das questões sociais que a juventude está a deparar. Sobretudo, o ponto três, que caracteriza as atividades e orientação da JAAC como núcleos de jovens movidos pelo bem-estar do partido, que na mesma linha têm por obrigações de corrigir os erros que eventualmente podem levar o partido à beira do abismo. Fazendo dela, como “vanguarda” da juventude guineense, independentemente da etnia, crença religiosa, desde que aceite o programa do PAIGC, e os seus estatutos. Essas são as condições exigidas por qualquer membro que se queira listar na JAAC. É interessante enfatizar que, a atuação da JAAC, como entidade que prega pela atuação dos novos desafios que a sociedade enfrenta como um todo. De acordo com a sua norma estatutária, todas as ações da JAAC,

passam pela orientação da estrutura máxima do partido para ser avaliada, isto é, se está em sintonia com o projeto político do partido. O processo de indicação tornou-se o procedimento crucial do partido. Aquele que pode decidir e que tem essa autorização para fazer esta indicação é o dono do partido (NORRIS, 2013).

## **7 METODOLOGIA/ PROCEDIMENTOS DE PESQUISA**

A concentração da nossa pesquisa irá se basear no partido político na Guiné-Bissau, caso do PAIGC, com o objetivo de compreender o recrutamento político e agenda da juventude dentro deste partido. Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base nas outras pesquisas, como forma de fundamentar a sua obra, como caso de livros científicos, artigos, textos, jornais, entre outras fontes bibliográficas que estarão relacionadas à pesquisa ou nosso interesse. Assim sendo, iremos usar as fontes e as normas acima citadas, com vista a fundamentar e fortalecer este trabalho de pesquisa.

Por outro lado, será contemplada a pesquisa por meio de entrevista semiestruturada, que corresponderia a abordagem metodológica para realização deste projeto de pesquisa, conforme enfatiza (TRIVONOS, 1987), que a conceitua como processo de coleta de dados, a partir dos questionários básicos alicerçados no tema de pesquisa. Neste caso, o presente trabalho possui como entrevistados: Secretário Geral da Juventude Africana de Amílcar Cabral (JAAC). Por meio desta configuração, este trabalho será orientado pela entrevista on-line e presencial, como forma de fortificar e ajudar na nossa coleta de dados. Na mesma linha de pesquisa, propomos entrevistar dois dos ex-presidentes da JAAC; a priori, a nossa intenção é pensar as categorias como organização, mobilização e representação.

No entendimento de John Creswell (2011), a pesquisa qualitativa permite o pesquisador alcançar os dados além dos que já tinham à sua disposição, ou seja, ela consiste em relatar as nossas convivências sociais e experiências vividas. Entretanto, com uso desta metodologia vamos poder trazer algumas análises sob o ponto de vista social, contudo, puder trazer elementos não estatísticos, mas sim qualitativos. Outros caminhos a serem seguidos para obtenção dos resultados do nosso trabalho, será uso da técnica de coleta de dados, a bibliográfica, com propósito de enriquecer o nosso campo teórico. Para isso, propomos analisar as listas do partido nas eleições; documentos e atas que da JAAC e, por fim, analisar registros nas redes sociais.

Todas essas técnicas metodológicas supracitadas, têm grande relevância para obtenção dos resultados do nosso trabalho, dado que elas irão auxiliar-nos para alcançar as informações que podem ser úteis a partir dos estudos já feitos. Com esses estudos, busca-se por meio do mapeamento, situar a transição democrática na Guiné-Bissau e o sistema político partidário, em particular o processo de recrutamento, projetos políticos dos partidos políticos, sobretudo, o nível ou perfil de pessoas que são recrutadas para filiares nos partidos em estudo.

Estas normas e padrões de pesquisa, abordadas até aqui, estão voltadas a concretização deste pré-projeto, que passará pela orientação de maneira racional, proporcionando assim respostas às perguntas que este projeto busca. Incluindo as complexidades dimensionais que o tema carrega, a nossa ver, para entendê-las num curto espaço de tempo não vai ser fácil, por causa das suas clivagens políticas e sociais que ainda continuam imutáveis no cenário político e na história da democracia guineense.

## Referências

- AMARAL, Oswaldo. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, v. 7, n. 2, p. 11-32, 2013.
- BARROS, Antonio Teixeira de et al. Juventudes partidárias no Brasil: motivações e perspectivas dos jovens filiados a partidos políticos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 113-158, 2020.
- BARROS, Miguel de. **Associativismo juvenil enquanto estratégia de integração social: O caso da Guiné-Bissau**. 2011.
- BARROS, Miguel. A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: dinâmicas, desafios e perspectivas. **UE-PAANE. Edições Corubal. 1ª Edição: outubro de**, 2014.
- BARROS, M. (2010), Associativismo Juvenil Enquanto Estratégia de Integração Social: O caso da Guiné-Bissau, Comunicação apresentada no CIEA7, CEA/ISCTE-IUL, Lisboa.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões da Sociologia**: Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ. Vozes, 2019.
- CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau um parto difícil**. Bissau. INEP, 1995, p. 260-282.
- CARDOSO, Gabrielly Costa. **DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**. JUIZ DE FORA, 2017.
- COLETTI, Claudinei. PARTIDOS POLÍTICOS: O ENFOQUE ORGANIZACIONAL DE DUVERGER, MICHELS E SARTORI. **Revista Direito**, v. 14, n. 21, p. 32-41, 2014.
- COSTA, Vavito André da. **A instabilidade política e a frágil democracia na Guiné-Bissau: os motivos condicionantes e vias da consolidação como um Estado do direito democrático**. 2018.
- CRESWELL, John W. et al. Boas práticas para pesquisa de métodos mistos em ciências da saúde. **Bethesda (Maryland): Institutos Nacionais de Saúde** , v. 2013, p. 541-545, 2011.
- DAHL, Robert A. Democratização e oposição pública. \_\_\_\_\_. **Poliarquia e Oposição**. São Paulo: Editora USP, 2005.
- DAHL, Robert A. Um paradoxo democrático? **Political Science Quarterly** , v. 115, n. 1, pág. 35-40, 2000.
- DJALÓ, Mamadú. **Processo de democratização da Guiné-Bissau (1991-2019)**. Trabalho e Conclusão do Curso (Licenciatura em Ciências Sociais). - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, 2020.
- DE CARVALHO, Ricardo Ossagô. Que democracia? Uma perspectiva do estudo comparado dos modelos da democracia, democratização e transição política implementada nos países na América latina e África.



GIL, António Carlos. **Como elaborar Projetos de pesquisa**. Grupo editorial Nacional, São GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República da Guiné-Bissau**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaPesquisaCplp/anexo/guinebissau.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

GOMES, Ailton. **Guiné-Bissau: crises políticas no partido africano para a independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) no período pós-independência (1994-2000)**. 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Participação Política**, in CARDOSO, F. H. & MARTINS, C. E., “Política e Sociedade”. São Paulo-SP. Nacional. 1983.

HUNTINGTON, Samuel. **A Ordem Política nas Sociedades em Mudança**. São Paulo: Forense Universitária, 1975.

JAUARA, Manuel. **Dilema de Transição Política na África Lusófona: De Uni para Pluripartidarismo**. Coimbra. 2004.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENDES, Francisco Livonildo. **Democracia na Guiné-Bissau por uma mudança de mentalidade**. Dissertação de mestrado Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2010, p. 1-109.

MELO, C. R. *De que maneira votos são transformados em mandatos: os sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas*. In: MENDONÇA, R. F.; CUNHA, E. S. M. (Orgs.) *Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. [Capítulo 7]

MENDES, Livonildo. Francisco. **Democracia na Guiné-Bissau: por uma mudança de mentalidades**. 2010. Tese de Doutorado. FEUC.

MONTEIRO, Emmanuel. *A Participação Eleitoral como forma de consolidação da Democracia na Guiné-Bissau*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UNESP). Dissertação de Mestrado. 138 f. 2020.

NORRIS, P. **Recrutamento político**. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 11–32, jun. 2013.

NORRIS, P. **Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. ESTATUTOS DO PAIGC**. Aprovados pelo IX Congresso Ordinário. Bissau, fevereiro de 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Barnas/Downloads/Estatutos%20do%20PAIGC.pdf>. Acessado em: 17 jul. 2022.

SANGREMAN. Carlos, JUNIOR. S. Fernando, ZEVEERINO, Guilherme, BARROS, Miguel. **A evolução política recente na Guiné-Bissau: -As eleições presidenciais de 2005 -Os conflitos -O desenvolvimento - A sociedade civil**. Documentos de trabalho n.70 CESA, LISBOA, 2006.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC: A face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974-1990)**. Universidade Federal de São Carlos Centro da Educação e Ciências Humanas: São Carlos- SP, 2009.

SEMEDO, Rui Jorge. PAIGC a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990). 2021.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Sociedade civil e democratização na Guiné Bissau, 1994-2006**. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

M'BUNDE, Timóteo Saba. **COMPORTAMENTO PARTIDÁRIO E CÍCLICA INTERRUPTÃO DA DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU**. Almanaque de Ciência Política, v. 1, n. 2, pág. 43-56, 2017.

TCHAU-TSI, Liu. **A luta interna no partido**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória. 1952.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.